

por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano 5 ■ nº 21



FUNCIONALISMO PÚBLICO Sozinhos e mal pagos

TARIFAS BANCÁRIAS

Cobrança já responde por 15% da receita dos bancos

DIREITOS DO SERVIDOR

A luta contra a violência do assédio moral

ENTREVISTA/Marcio Pochmann

“É preciso colocar o trabalho como elemento central da agenda do desenvolvimento”

Título para a Carta do Conselho

A revista que chega às suas mãos é demonstração dos esforços do SINAL para contribuir para o debate acerca da construção de uma sociedade mais justa, a partir de um modelo de Estado voltado para o desenvolvimento, e do papel dos seus servidores nesse contexto.

Em entrevista à **Por Sinal**, o economista Marcio Pochmann, presidente do IPEA, diz que o Estado é fundamental e que há necessidade de criar “uma nova maioria política na qual haja convergência em torno do crescimento econômico” para a redução do fosso social. Pochmann acrescenta que, segundo pesquisa da CEPAL, “em 2005, 12% dos servidores públicos brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza. Em 1990, eles chegavam a 20%”.

Esse dado aponta para a inexistência de uma política de recursos humanos que propicie condições adequadas à discussão e solução dos problemas que, embora aflijam todos os servidores, não têm merecido adequadas respostas dos gestores públicos, como consta na reportagem “Sozinhos e mal pagos”.

Na relação do servidor com seus superiores, não é raro depararmos com a figura do assédio moral, que provoca queda na qualidade de vida da vítima e redução no desempenho, podendo, em casos mais graves, redundar em afastamento para tratamento médico-psicológico. Para coibir essa prática nefasta, é útil seguir as dicas apresentadas na reportagem “A luta contra a violência

do assédio moral”, constante da pág. 18.

Também merece atenção do leitor a matéria sobre a cobrança das tarifas bancárias, que já cobrem a folha de pagamento da maioria dos bancos de varejo, respondendo, em média, por 15% da receita total das Instituições Financeiras. As iniciativas do Ministério Público e do Congresso Nacional são conseqüência de um afrouxamento das normas que permitiu à indústria bancária inovar nas cobranças. A reação da sociedade civil se torna natural nessas situações.

Já para os servidores do Banco Central, que ainda não conseguiram fechar a Campanha Salarial de 2005, ficam as lições de greve e, segundo o presidente David Falcão, um convite para a “avaliação das estratégias até então empregadas nos movimentos reivindicatórios. Algumas questões terão que ser enfrentadas nos futuros movimentos, com mais ênfase, de forma a minimizar os crescentes custos das greves”.

Foi esse, aliás, o aprendizado de Flávio Ramos, o “Prata da Casa” desta edição. Diante das ameaças da ditadura, Ramos superou, juntamente com a categoria, vários obstáculos para a construção do Sindicato dos Servidores do Banco Central, hoje SINAL.

A **Por Sinal** aguarda sua colaboração para o aprofundamento dos debates propostos! Envie suas críticas e sugestões ao e-mail e-conteudo@sinal.org.br.

Boa leitura! 

Conselho Nacional

Rio de Janeiro

Jarbas Athayde Guimarães Filho
João Marcus Monteiro
Julio Cesar Barros Madeira
Sérgio da Luz Belsito

Brasília

Paulo de Tarso Galarça Calovi
Auriel Eleutério
Max Meira

São Paulo

Aparecido Francisco de Sales
Daro Marcos Piffer
Valter Borges de Araújo Neto

Belém

José Flávio Silva Corrêa

Belo Horizonte

Mauro Cattabriga de Barros

Curitiba

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Fortaleza

Ricardo Antonio Meireles Arruda

Porto Alegre

Alexandre Wehby

Recife

Jaqueline Moreira de Souza
de Medeiros

Salvador

Juarez Bourbon Vilaça

Diretoria Executiva

Presidente: David Falcão
(Recife)

Diretor-secretário: Julio César Barros Madeira
(Rio de Janeiro)

Diretora-financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
(Curitiba)

Diretor de Assuntos Jurídicos: Luiz Carlos Alves de Freitas
(Curitiba)

Diretor de Comunicações: Aparecido Francisco de Sales
(São Paulo)

Diretor de Relações Externas: Mário Getúlio Vargas Etelvino
(Belo Horizonte)

Diretor de Estudos Técnicos: Alexandre Wehby
(Porto Alegre)

Diretor de Assuntos Previdenciários: Sérgio da Luz Belsito
(Rio de Janeiro)

Diretor Extraordinário de Relações Intersindicaais:
Paulo de Tarso Galarça Calovi (Brasília)

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários
do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales, David Falcão,
Gustavo Diefenthaeler, João Marcus Monteiro,
Luis Carlos Paes de Castro, Orlando Bordallo Junior,
Paulo de Tarso Galarça Calovi e Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SRTVS Quadra 701 - Conjunto L Loja 60 - Térreo

Ed. Assis Chateaubriant – Cep 70.340-906 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral e edição: Flávia Cavalcanti
(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Idalina Castro

Fotos: Divulgação IPEA (entrevista Marcio Pochmann)

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos
artigos assinados.



FUNCIONALISMO PÚBLICO

Sozinhos
e mal pagos

Página 6

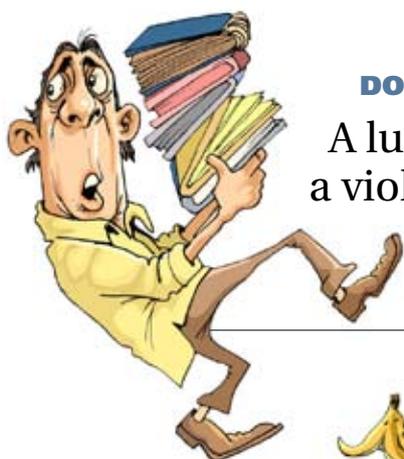


ARTIGO

MARCOS BORGES
DE RESENDE

PEC 12/2006:
ameaça
de calote

Página 12



**DIREITOS
DO SERVIDOR**

A luta contra
a violência do
assédio
moral

Página 14



PRATA DA CASA

Na vanguarda
do movimento

Página 20



DEFESA DO CONSUMIDOR

Cobrança
de tarifas já
responde por
15% da receita
dos bancos

Página 24



ENTREVISTA

MARCIO POCHMANN

“É preciso colocar o
trabalho como elemento
central da agenda do
desenvolvimento”

Página 30

Sozinhos...

*COM MEDO DE NOVAS
GREVES, GOVERNO
AGORA TEM PRESSÃO
EM REGULAMENTAR
NEGOCIAÇÃO COLETIVA
DOS SERVIDORES*

ROSANE DE SOUZA

Mais de 35 greves no Brasil, só no mês de agosto, que paralisaram cerca de 150 mil servidores públicos, acenderam o alerta vermelho no governo federal que, finalmente, decidiu encaminhar ao Senado, ainda em setembro, proposta de ratificação da Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que recomenda expressamente a adoção do mecanismo de negociação coletiva dos funcionários públicos.

Desde 2003, o governo vem protegendo essa decisão, com o argumento de que a ratificação aumentará os vencimentos do funcionalismo e, em consequência, as despesas públicas. Por isso, desde aquele ano, tramita na Câmara dos Deputados, sem ser

apreciado, o Projeto de Emenda à Constituição de número 129, dos deputados Maurício Rands (PT-PE) e Vicentinho (PT-SP), que assegura a negociação coletiva dos servidores públicos. No projeto, é expressa a necessidade de se estabelecer um novo modelo de relações de trabalho e de revisões salariais, para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população brasileira.

O Ministério do Planejamento decidiu, em julho, constituir formalmente um Grupo de Trabalho para elaborar

proposta de regulamentação da negociação coletiva. Isso é necessário para adequar a legislação brasileira à convenção internacional da OIT, após sua ratificação pelo Senado. O GT, no entanto, terá outra tarefa: regulamentar, como moeda de troca, o exercício do direito de greve, o que, para alguns parlamentares, como o deputado federal pelo PSOL Ivan Valente, objetiva fragilizar o movimento grevista dos servidores. Valente está convicto de que o governo resolveu jogar duro com os funcionários.



e mal pagos

Os indícios dessa decisão, na opinião do parlamentar, estão na forma com que negociou a volta ao trabalho depois das greves de agosto. “Dessa vez, não houve negociação dos dias parados. O governo decidiu cortar o ponto e fazer descontos nos salários. Pelo menos, essa tem sido a posição do Ministério do Planejamento e do próprio presidente Lula.” Os funcionários do Banco Central sentiram o efeito dessa decisão: o governo descontou os sete dias parados pela greve nos meses de março e abril. “O

governo reverteu a decisão de descontar os dias de greve dos servidores do Ibama, da Cultura e do pessoal administrativo das universidades representados pela Fasubra, remetendo a discussão para a mesa de negociação. No BC, o desconto foi mantido, o que terá conseqüências. Essa duplicidade de tratamento mostra que o governo não tem critérios para a questão ou, o que é pior, discrimina categorias, como é o caso dos servidores do BC”, diz David Falcão, presidente do Sinal Nacional.

Queda-de-braço

Agora, o governo federal demonstra pressa em estabelecer as regras da negociação coletiva e aprovar uma lei de greve específica para os servidores. Vladimir Nepomuceno, diretor do Departamento de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, diz que o prazo para regulamentar a Convenção 151, da OIT, é de um ano, após sua ratificação pelo Senado Federal. “Mas não vamos esperar um ano. Queremos enviar um projeto de lei regulamentando tanto a negociação

coletiva quanto o exercício do direito de greve, ainda em outubro, logo após a elaboração da proposta de legislação pelo Grupo de Trabalho.”

Mas o próprio GT já sofreu dissidências, antes mesmo de começar o trabalho. De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Pedro Delarue, algumas entidades exigiram do governo federal a retirada do PL 01 – que limita em 1,5% mais o IPCA o total dos gastos com pessoal – e, diante da negativa, várias abandonaram o GT, antes mesmo de o ministro Paulo Bernardo acenar com a ampliação do teto para 2%. Segundo Delarue, o governo também estaria disposto a negociar uma nova fórmula para estabelecer esse teto, que poderia combinar crescimento do PIB com o aumento vegetativo da folha de pagamento. O diretor de Defesa Profissional da mesma entidade, Rafael Pillar, enumerou algumas que abandonaram as fileiras da negociação: a Associação Nacional das Instituições de Ensino Superior (Andes), a Associação dos Servidores do IBGE (ASSIBGE) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica (Sinasefe).

Embora reconheça que há contradição em sentar para negociar um claro conflito de interesses com uma espada pesando na cabeça – o PL 01 e as limitações do direito de greve –, Pillar confia, no entanto, que as novas regras de negociação coletiva sejam aprovadas antes e que, pelo menos, as entidades saiam da Mesa de Negociação com duas outras vitórias: a aprovação de projeto de lei liberando servidores



“O Estado brasileiro precisa ser profissional. Precisa manter uma burocracia qualificada e um corpo de funcionários de alto nível e com uma enorme auto-estima. Não há Estado que sobreviva à troca de 25 mil cargos, cada vez que muda o governo.”

CÉSAR BENJAMIN, economista e editor da Contraponto

Fundação Estatal: proposta po

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) afirma que existe uma enxurrada de projetos que tratam da estruturação do Estado brasileiro. De concreto mesmo, porém, o que houve foi a tentativa de incorporar os trabalhadores terceirizados ao serviço público – com a aprovação da PEC 54 – e aos projetos de regulamentação do exercício de greve e da Fundação Estatal, através da qual novamente se procura uma brecha para a contratação de funcionários públicos sem concurso e regidos pela CLT, e não mais pelo Regime Jurídico Único (RJU). “Isso é um contra-senso. O que se espera é uma proposta de modernização do Estado e o avanço nas diretrizes de um Plano de Carreira, para reduzir a anarquia institucionalizada”, diz a deputada.

A parlamentar acredita que o governo só vai ser célere na busca da aprovação do projeto de organização da Fundação Estatal, defendida pelos ministros do Planejamento e da Saúde, Paulo Bernardo e José Gomes Temporão, respectivamente, no qual enxerga “o mesmo DNA” das Organizações Sociais defendidas, no passado, pelo ex-ministro Bresser Pereira. “A única diferença é o controle público e a possibilidade de migrar, levando as vantagens”, afirma. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, defende o projeto, que tem como meta, segundo ele, permitir a contratação de funcionários por salários de mercado em moldes semelhantes aos

públicos do trabalho durante o mandato sindical e a criação do Sistema Nacional de Negociação Permanente. "Optamos por tentar melhorar por dentro. Quem está de fora não vai saber as maldades que vêm por aí. Nossa estratégia é fazer com que as novas bases de negociação coletiva saiam antes e tentar influenciar positivamente a Lei de Greve."

É proibido proibir

Das centrais sindicais, apenas a CUT tem representantes no GT do Ministério do Planejamento. O deputado Vicentinho, vinculado à Central, assinala que todo o seu esforço está concentrado, hoje, em agilizar a aprovação da PEC 129, que garante a ne-

gociação coletiva. "Ela já foi aprovada em todas as comissões", enfatiza.

Não é a opinião do deputado federal (PDT-SP) e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, que manifestou preocupação com os rumos da negociação. "A impressão que temos é de que o governo não quer dar nada e, ainda por cima, quer impedir a luta e a greve." De acordo com Paulinho, no primeiro mandato de Lula, as centrais sindicais se uniram para negociar a regulamentação do direito de greve, mas não houve acordo. "A primeira conversa foi a de proibir as greves. Nós retrucamos: Proibir, não. Nem a ditadura conseguiu isso", afirmou. Agora, de acordo com o deputado, o governo voltou a chamar as

centrais sindicais para discutir, mas tudo ficou na base da "conversa fiada".

Paulinho justifica a sua desconfiança com os rumos de qualquer negociação sobre uma nova lei de greve para o funcionalismo público com um governo que chama os servidores de "criminosos e baderneiros". "Nós concordamos que a greve dos médicos do Nordeste, por exemplo, foi um exagero, mas também constatamos que eles ganham pouco e são muito maltratados."

Estado raquítico

Diversos especialistas concordam que o acirramento dos ânimos entre servidores públicos e governo federal começou quando o Estado brasileiro passou a ser literalmente desmontado, no início do governo Collor. Ao tomar posse na presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o economista gaúcho Márcio Pochmann criticou, de saída, a falta de investimentos para equipar a máquina pública. "Temos um Estado raquítico", sentenciou. Segundo ele, os funcionários públicos representam 8% dos trabalhadores brasileiros. "Em 1980, eram 12%. Nos países desenvolvidos, varia de 18%, nos Estados Unidos, a 40%, nas nações escandinavas." Márcio também lembrou que falta gente até para gerenciar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): "Este é um país em construção. Precisamos de gente para lidar com o desenvolvimento. Trata-se, aqui, de uma reforma do Estado." Para o novo presidente do Ipea, faltam quantidade e qualidade no funcionalismo público brasileiro.

lêmica

que ocorrem na Caixa Econômica Federal e no BNDES. Nesses dois bancos, os funcionários são contratados por concurso, mas regidos pela CLT. "Dessa forma, podem ser demitidos, caso não correspondam ao trabalho", argumenta. Diz ainda que a Fundação, que deverá ser criada por lei ordinária, será contratada por ministérios para prestação de serviços. Cada ministério fará suas contratações independentes. Para os contratados, serão definidos parâmetros de desempenho, que terão de ser alcançados. Com isso, a Fundação receberá mais recursos.

Alice Portugal alerta para o perigoso precedente e explica que esses funcionários não serão admitidos por concursos, mas por seleção pública, o que é muito diferente. "Eles não vão ter carreira, nem perspectiva de crescimento." A deputada lamenta também que só agora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha se manifestado para suspender a vigência do artigo 39, da Constituição Federal, em sua redação dada pela Emenda Constitucional 19/1998, através da qual se eliminou a exigência do RJU e planos de carreira para servidores da administração pública federal, das autarquias e das fundações públicas. "Por conta disso, grande parte dos hospitais do interior do país ficou entregue à própria sorte, e foi um desastre", declara.



“O próprio FMI aconselha aos países em desenvolvimento que mantenham os gastos com o funcionalismo em 25% do PIB. Já nos países desenvolvidos, as despesas devem dobrar.”

LADISLAU DOWBOR, professor de Economia da USP

César Benjamin, economista e editor da Contraponto, vai um pouco mais além. “O Estado brasileiro precisa ser profissional. É preciso manter uma burocracia altamente qualificada e um corpo de funcionários de alto nível e com uma enorme auto-estima.” Segundo Benjamin, não há Estado que sobreviva, por exemplo, à troca de 20 mil a 25 mil cargos, cada vez que muda o governo.

O professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) Ladislau Dowbor garante que o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) aconselha

aos países em desenvolvimento que mantenham os gastos com o funcionalismo em 25% do Produto Interno Bruto (PIB). Já nos países desenvolvidos, as despesas devem dobrar. “Na Suécia, os gastos atingem 66% do PIB.” No Brasil as despesas chegam a 36% e 37% do PIB, mas segundo o professor, mesmo sendo maiores do que as sugeridas pelo FMI, ainda são pequenas, em se tratando de um país com uma população imensa e cujo perfil mudou radicalmente nas últimas décadas. “Na década de 1950, dois terços da

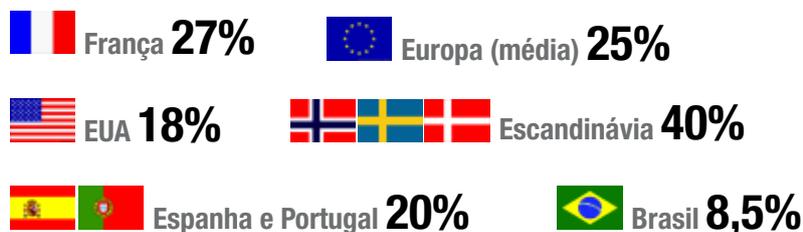
população brasileira era rural. Hoje, é o contrário.” Portanto, o Estado tem de estar mais perto, para garantir segurança, educação, saneamento básico e saúde e, mais do que os serviços, o controle da população sobre eles.”

O professor alerta, ainda, que as mudanças na economia alteraram também a composição intersetorial das atividades, o que reforça a tese da necessidade do crescimento do Estado. “Tradicionalmente, achamos que atividade econômica é basicamente industrial. Hoje, saúde é o principal setor econômico nos EUA, representando 15% do PIB. A grande expansão de empregos na indústria de entretenimento e na área de segurança pública mostra que o Estado precisa ser moderno, descentralizado e transparente.”

O conselho do FMI, porém, parece não sensibilizar os velhos defensores do Estado Mínimo brasileiro, que insistem em criticar qualquer proposta do governo que acene com um aumento dos gastos públicos, especialmente dos gastos com pessoal. É o que aconteceu agora, com o anúncio da proposta orçamentária da União para 2008, que prevê a contratação, por concurso, de até 56.348 novos funcionários nos três poderes e no Ministério Público. A reação foi imediata, com enxurradas de críticas “ao inchaço da máquina pública”. Desta vez, do total autorizado para os três poderes, pouco mais da metade são cargos novos. O restante é para a reposição de servidores aposentados e demitidos e troca de terceirizados por concursados, conforme determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). 

O TAMANHO DO ESTADO

Percentual do emprego público em relação à força de trabalho empregada



*Censo de 2000. Fonte: Márcio Pochmann

Sinal: lições da greve

A cada ano, as diversas categorias de servidores públicos federais se vêm na contingência de recorrer ao recurso extremo das greves para se fazerem ouvidas pelo poder público em suas reivindicações. Isso reflete, em parte, a ausência de uma política salarial do governo para o servidor.

Nos últimos sete anos, essas greves têm se caracterizado pelo crescimento da adesão das bases e pelo aumento da duração das paralisações, resultando em uma verdadeira guerra de desgastes para todas as partes envolvidas no litígio: servidores, governo e usuários dos serviços interrompidos.

As reivindicações principais se resumem na busca de planos de carreira que reflitam os anseios de valorização profissional, na luta por reajustes que reponham o poder de compra dos salários, no realinhamento de vencimentos que estabeleçam a isonomia com carreiras similares e, por mais incrível que pareça, pelo cumprimento de compromissos assumidos pelo governo com os seus servidores.

Nas duas últimas campanhas salariais no BC, vivenciamos todos essas situações. A sociedade, os servidores e o serviço público poderiam ser poupados desse sacrifício se houvesse, por parte do governo, um mínimo de racionalidade na condução das negociações com os trabalhadores do setor público. Levar mais a sério as negociações, cumprir compromissos assumidos e ampliar o diálogo com os sindicatos evitaria muitas greves.

Infelizmente, a experiência tem mostrado que só a força da greve faz o governo negociar com objetividade. Entretanto, alguns parâmetros ajudariam, em muito, a reduzir as tensões trabalhistas no setor público. Entre eles, enumeramos:

- A adoção de uma clara política voltada à valorização profissional das carreiras de servidores públicos;
- O estabelecimento de um padrão objetivo de equivalência entre carreiras, de forma a permitir o tratamento isonômico entre categorias de órgãos distintos, conside-

rando os níveis de exigência de cada cargo, remuneração, condições e responsabilidades na execução das atividades próprias do órgão;

- A previsibilidade nas políticas de alocação de recursos para a área de pessoal, considerando a renovação e reposição de quadros e a necessidade de reforços de atividades específicas decorrentes da ação do estado;

- O restabelecimento da confiança no cumprimento de acordos firmados com os entes de representação dos servidores.

De outro lado, da parte dos sindicatos, cabe uma reavaliação das estratégias até então empregadas nos movimentos reivindicatórios. Algumas questões terão que ser enfrentadas nos futuros movimentos, com mais ênfase, de forma a minimizar os crescentes custos das greves, entre eles:

- Buscar uma participação mais engajada da direção do órgão, cabendo-lhe fazer a “construção por dentro” da solução de potenciais conflitos de natureza reivindicatória;
- Desenvolver argumentos com bases técnicas mais sólidas;
- Agregar, quando inevitável, os recursos às paralisações, elementos de “inteligência” e de seletividade;
- No caso do BC, em qualquer tempo, “resolver” o crônico problema da multiplicidade sindical, dentro de parâmetros que assegurem a legitimidade e a proporcionalidade de representação dos respectivos entes.

Algumas dessas idéias estão sendo discutidas dentro do Sinal e demandam uma maior participação da categoria como um todo, visto que passam pela revisão da estrutura e do papel do Sindicato. Você também pode contribuir com essa discussão através do nosso blog no endereço <http://blog.sinal.org.br/> ou pelo e-mail sinal@org.br.

David Falcão

Presidente do Sinal Nacional

PEC 12/2006

Ameaça de calote no cumprimento das decisões judiciais

O problema do não-pagamento de precatórios judiciais por parte da maioria dos estados, e também de muitos municípios, pode criar uma situação de desobediência generalizada às decisões do Poder Judiciário, com grave prejuízo à ordem jurídica e aos direitos do cidadão.

Precatórios são requisições de pagamento enviadas pelos presidentes dos Tribunais toda vez que a Fazenda Pública, incluindo a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, bem como suas autarquias e fundações públicas, é condenada, em decisão definitiva, pelo Poder Judiciário, a pagar algum valor a quem de direito.

Como os bens públicos são impenhoráveis, para moralizar os pagamentos devidos pelo erário em decorrência de decisões definitivas da Justiça, foi criada, na Constituição de 1934, a modalidade de execução mediante precatório, quando o presidente do Tribunal solicita ao administrador público que faça incluir no orçamento do ano seguinte a previsão da verba destinada ao cumprimento do julgado.

Segundo a regra, que se encontra presente na atual Constituição, no artigo 100, os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de decisões judiciais serão pagos na estrita ordem cronológica de apresentação, observando-se que todos os precatórios apresentados entre 2 de julho de um ano e 1º de julho do ano seguinte deverão ser incluídos no orçamento do ano subsequente. Assim, enquanto o particular tem que pagar de imediato suas dívidas, sob pena de penhora de seus bens, o ente público dispõe de um prazo que varia entre 18 e 30 meses para satisfazer os débitos reconhecidos pela Justiça, após trânsito em julgado dos processos de conhecimento e de execução.

Ocorre, entretanto, que, desde o início do Plano Real e, em alguns casos, desde antes, estados e municípios têm deixado de dar cumprimento às decisões judiciais, pelo não pagamento

dos precatórios, sem que nada seja feito.

O Supremo Tribunal Federal, que dá a última palavra sobre a interpretação do texto constitucional, decidiu que o juiz da execução somente pode expedir a ordem de seqüestro do dinheiro que se encontra nas contas dos entes públicos devedores na hipótese de quebra da ordem cronológica de apresentação. Isto criou uma situação em que estados e municípios, apesar de incluírem a previsão no orçamento, como determina a Constituição, destinam pouquíssimos recursos para a satisfação destes créditos, fazendo com que a fila de pagamentos ande muito lentamente. O Distrito Federal, em 2007, está pagando os precatórios que foram expedidos em 1994, com 13 anos de atraso, portanto. São Paulo ainda está pagando precatórios expedidos em 1998. Há estados, como Espírito Santo e Goiás, que têm atraso superior a 20 anos no pagamento dos precatórios.

Tal situação é desmoralizante para o Poder Judiciário, sendo que o juiz da execução, hoje, nada pode fazer diante desses lamentáveis atrasos, porque se encontra completamente desarmado para fazer valer a decisão judicial contra o ente público. As outras medidas coercitivas, além do seqüestro das verbas públicas – que, como dito, o Supremo somente autoriza se houver inversão da ordem de apresentação –, seriam a intervenção federal e o processo contra o governante por crime de responsabilidade. Relativamente aos pedidos de intervenção federal previstos no artigo 34, da Constituição, revelam-se em tentativas inócuas, porque a Suprema Corte simplesmente indefere o pedido. Quanto ao crime de responsabilidade, a lei prevê que os governadores são julgados, nesses casos, pelas Assembléias Legislativas, nas quais os mesmos dispõem de ampla maioria costurada através de acordos políticos.

Assim, passados tantos anos com enorme atraso no cumprimento das decisões judiciais mediante o não-pagamento dos precatórios, a dívida acumulada dos estados e municípios

cresceu como uma bola de neve, ultrapassando hoje a casa dos R\$ 60 bilhões.

Para tentar resolver o problema, o então ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, encaminhou texto que foi subscrito pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, transformado na PEC 12/2006, que se encontra em tramitação no Senado Federal.

A proposta apresentada, longe de resolver o problema do não-pagamento dos precatórios, inclusive de servidores, aposentados e pensionistas, contém embutida a tentativa de calote aos credores por parte do Poder Público. E, o que é pior, a União, as fundações e as autarquias federais, como é o caso do Banco Central do Brasil, que se encontram com o pagamento dos seus precatórios em dia, estão sendo incluídas no sistema proposto, podendo tornar-se inadimplentes e se sujeitarem ao mesmo regime.

A PEC 12/2006 propõe o fim da ordem preferencial dos créditos alimentícios, os que decorrem de salários, vencimentos, proventos e pensões, como também a extinção da ordem cronológica de apresentação dos precatórios, criada em 1934 para moralização dos pagamentos devidos pelo Erário. Em substituição, prevê a instituição dos leilões de deságio entre os credores, com o objetivo de estabelecer uma espécie de competição entre estes, a fim de que ocorra a diminuição da dívida. A proposta prevê que os entes públicos destinariam determinados recursos para o pagamento dos precatórios, sendo que 70% dos mesmos seriam disponibilizados para os leilões periódicos, através dos quais receberiam os credores que dessem maiores descontos. Quanto aos 30% dos recursos, seriam destinados a uma outra fila, não estabelecida por ordem cronológica, mas por ordem de valor. Nesse caso, os precatórios de maior valor nunca seriam pagos.

Entendemos que a PEC, tal como apresentada, além de inconstitucional, por ferir cláusulas pétreas do texto da Constituição, é imoral. Enquanto o particular que não paga o imposto de seu veículo pode tê-lo apreendido na primeira esquina, o Estado, quando deve ao cidadão, além de ter um prazo bastante elástico, não cumpre o que decidido pela Justiça e, agora, propõe-se que o credor tenha que se submeter a leilões de deságio para poder receber parte de seu crédito.

Centenas de milhares de servidores, aposentados e pensionistas aguardam indefinidamente pelo recebimento de seus direitos já reconhecidos definitivamente pela Justiça, e muitos morrem sem receber. Veja-se o caso das velhinhas do Rio Grande do Sul, que tricotavam enquanto aguardavam o pagamento dos precatórios. Com mais de 200 metros de tricô pronto, elas morreram no desastre de avião em Congonhas, quando iam para São Paulo participar de um ato em defesa do cumprimento das decisões judiciais. São mártires do descaso do Estado para com o cidadão.

A Ordem dos Advogados do Brasil tem tentado interferir na tramitação da PEC 12/2006 junto ao relator, senador Valdir Raupp, apresentando proposta que consiste em substituir os leilões pela conciliação judicial, preservando a fila dos créditos comuns e dos alimentícios, bem como a preferência destes em relação aos primeiros. Também se propõe a possibilidade de os estados que devem à União poderem deduzir dos juros da dívida parte dos valores que pagarem para a quitação de precatórios.

É preciso que o presidente da República e os integrantes do Congresso Nacional percebam que escrever na Constituição brasileira que os credores do Poder Público, após decisão definitiva da Justiça reconhecendo e quantificando o crédito, tenham de se submeter a leilões de deságio para receber o que lhes é devido, pode prejudicar significativamente a imagem do país junto aos organismos internacionais.

No momento em que o Brasil luta para conquistar a posição de *investment grade* junto às entidades que avaliam a segurança de investimentos para investidores internacionais, seria de todo temerário aprovar a PEC 12/2006, tal como foi proposta. A União Federal, que se encontra com seus pagamentos judiciais absolutamente em dia, seria a grande prejudicada, diante do prejuízo à imagem externa do Brasil, pela adoção de uma política que somente interessa a estados e municípios inadimplentes. Espera-se que o bom senso prevaleça e que a ordem jurídica seja restabelecida com a adoção de medidas que não importem em calote aos créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário. 

(*) Advogado, mestre em Direito, presidente da Comissão de Precatórios da OAB-DF e integrante da Comissão de Precatórios da OAB Federal



Aparentemente novo, o tema é tão antigo quanto o trabalho, embora somente nos últimos anos tenha começado a ser discutido como um grande causador de danos à saúde física e mental das pessoas. Estamos falando do assédio moral, um vilão invisível para a sociedade, que se agiganta nas relações de trabalho de maneira cruel e desumana, podendo levar muitos trabalhadores, do setor privado e do serviço público, à degradação moral e perda da dignidade.

Mas, afinal, o que é assédio moral? O termo não se encontra em dicionários, mas pode ser entendido através de características e situações, tais como: desdém de chefe a funcionário; imposição de tarefas excessivas; omissão de informações importantes para o desenvolvimento do trabalho; chacotas públicas; humilhações. O assédio moral se identifica como o uso de valores culturais, sexuais, ou ações que fragilizem o trabalhador, para humilhá-lo

ou atingir sua dignidade.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres são as maiores vítimas e respondem por 70% dos casos. A maioria dos assediados moralmente tem entre 45 e 55 anos de idade. A pesquisa informa também que 8% dos trabalhadores sofrem esse tipo de violência do trabalho, sendo que o mais praticado é o de chefe para subordinado (verticalizado). Mas existe o assédio entre pares, motivado por

A luta contra a violência do assédio moral

GOVERNO ESTUDA REGULAMENTAÇÃO PARA COIBIR ABUSOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL



problemas de questão de competitividade (horizontal) e, nos casos mais raros, de baixo para cima, de funcionário para chefe.

Sinal estimula debate

Preocupado com o crescimento dessa prática entre os servidores públicos, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) promoveu, no dia 13 de agosto, em Brasília, o seminário "Assédio Moral – Aspectos Jurídicos, Aspecto Emo-

cional e Regulamentação no Serviço Público", para o qual convidou a médica e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP Margarida Barreto, primeira pessoa a estudar cientificamente o fenômeno no Brasil, o advogado Júlio César Ausani e o ex-coordenador de Seguridade Social e Benefícios do Servidor Público, Luiz Roberto Pires Domingues (o seminário está à disposição do público na página do Sinal, no endereço <http://www.sinal.org.br/destaques/pcs-tv.asp>).

O primeiro caso de assédio moral registrado no Brasil na Justiça do Trabalho foi o de Júlio César Ausani. Tendo já sido vítima desse ato, o advogado falou da gravidade do problema, ao explicar que "os sinais exteriores do assédio moral nem sequer chegam próximos aos danos que ficam marcados na alma da pessoa assediada". Ausani explicou que, normalmente, o assediado é visto por alguém como uma ameaça. "Quando o chefe não é um líder, mas alguém imposto, mesmo sendo o chefe, quando alguém se destaca por trabalho e idéias, passa a ser uma sombra para ele", disse, reforçando o tipo mais comum de assédio moral: o de superiores hierárquicos para subordinados.

Na esfera pública federal, a prática vem atingindo dimensões assustadoras. Números da Secretaria de Recursos Humanos de Seguridade Social do Ministério do Planejamento dão conta da gravidade do problema para

a sociedade e o Estado, embora os especialistas alertem que o maior perdedor é, sem dúvida, o trabalhador. Uma perda não justificada, pois a qualidade de vida no trabalho é garantida pela própria Constituição Federal, em seu artigo 200, segundo ressaltou Júlio César. Ele citou ainda o artigo 196, que garante a saúde como um direito de todos.

De acordo com Luiz Roberto Pires Domingues, um levantamento realizado pela Coordenação de

Seguridade Social e Benefícios do Servidor Público, em 2004, aponta que 33% dos servidores públicos federais relataram casos de assédio moral, principalmente por desqualificação profissional. “É aquela velha história, muda-se o gestor, muda-se a faxineira”, exemplificou. “Cultura ainda inerente às relações de trabalho, quando se fala do serviço público de qualquer nível.”

O setor privado sofreu uma grande reestruturação na esfera das empresas, da década de 1970 para cá. Sendo que esse comportamento de políticas competitivas entre pares e sobrecargas de trabalho, por causa das reduções no quadro de funcionários, propiciou o agravamento do assédio moral. São as chamadas gestões da crueldade, desenvolvidas por muitas organizações que adotam políticas de competitividade e mantêm quadros reduzidos de funcionários que, quase sempre, precisam desempenhar múltiplas funções.

Luiz Roberto entende que o Estado brasileiro, ao contrário, ainda tem a mesma estrutura mecanicista da década de 1940: “Essas estruturas engessadas têm de ser consideradas como situação preponderante nas relações de assédios presentes. Reforça-se essa situação nas relações de poder que ali estão.”

O custo é alto

Do universo de 33% que declararam sofrer assédio moral, de acordo com Luiz Roberto, 12% dos afastamentos do serviço público federal são

Uma lei para punir os agressores

Apesar de alguns tribunais já terem julgado casos de violência no trabalho em alguns estados, inclusive no Distrito Federal, o assédio moral ainda não tem pena punitiva, por falta de legislação específica.

Para Luiz Roberto Pires, a construção da regulamentação do serviço público é muito frágil, não tem conceituação de assédio moral e de violência no trabalho. “Essa falta de conceituação permite interpretações e abusos de ambas as partes. Cerca de 70% das denúncias de assédio moral que chegam à Coordenação, ao serem investigadas, se reverterem contra o denunciante”, explica.

Isso só se resolverá, segundo ele, com uma política de valorização do servidor público: “O governo federal reconheceu a questão do assédio moral e da violência no trabalho como um problema de administração pública, em 2006, ao publicar o Decreto 5.961, em que o Estado dá garantias ao servidor na sua saúde, inclusive física e mental.”

Esse problema, conjugado com o interesse em modernizar toda a legislação de seguridade social do servidor, foi incluído numa proposição de regulamentação da matéria, que ficou à disposição dos servidores públicos, para consulta, de maio de 2005 a dezembro do ano passado. A minuta final está pronta e dispõe sobre a violência contra o servidor público, incluindo o assédio moral e a discriminação.

Mas a proposição, que contém sugestões das entidades sindicais e dos servidores, está sendo analisada juridicamente. As intervenções, segundo o coordenador, deixaram visível a falta de nivelamento conceitual. Por isso, o Ministério do Planejamento pretende realizar um seminário, ainda neste semestre, com a participação das entidades sindicais e os dirigentes da área de Recursos Humanos, para que seja construída uma proposta final de regulamentação da matéria, que será enviada à Casa Civil até o início de 2008.

“O Estado brasileiro tem de atuar no princípio da legalidade. O primeiro passo é a regulamentação da matéria e o segundo, instrumentalizar o Estado”, diz Luiz Roberto Pires. Mas o ex-coordenador entende que o primeiro passo já foi dado. “Na regulamentação da Portaria 1.675, o secretário de Recursos Humanos criou a comunicação de acidente em serviço e reconheceu o assédio moral como equivalente a um agravo passional. A gente só precisa finalizar”, argumentou.

por transtornos mentais. O consumo de álcool e de drogas é alarmante: se separado por gênero, 16% dos casos são de homens e 12% de mulheres. Os homens consomem basicamente álcool e as mulheres, drogas de todos os tipos. “Essa situação conduz a um elevado índice de aposentadorias por invalidez, ou seja, 28% do total de aposentadorias no serviço público federal”, informou.

“Que transtorno mental é esse? Onde isso está inserido?”, questionou o ex-coordenador. Segundo ele, havia uma lógica por trás da permissão, da manutenção e perenização desse processo de afastamento do servidor público, em função da insuficiência das relações de trabalho. “O assédio moral, a violência do trabalho, era o instrumento forte de manutenção dessa política”, assegurou.

E quem perde com tudo isso? Para Luiz Roberto, todos nós perdemos. O Estado perde cerca de R\$ 520 milhões, anualmente, com gastos adicionais na folha de pessoal. Esses recursos seriam suficientes para mais do que dobrar o auxílio-alimentação dos servidores e financiar o benefício de auxílio-saúde para todo o serviço público federal. “Isso representa um terço de todo o custeio das universidades públicas do país”, ponderou.

Jornada de humilhações

Margarida Barreto, responsável por trazer o tema à baila, com a divulgação da pesquisa de sua tese de mestrado “Uma jornada de humilhações”, disse que o assédio moral nas

empresas públicas tem característica diferente das empresas privadas. “A empresa privada é ágil. Ela demite o assediado. A situação de assédio dura em média um ano. Na empresa pública, o processo é mais longo. Há estabilidade, e a entrada do servidor, muitas vezes, é por braço amigo. Essa situação perdura de dois a seis anos”, frisou.

A humilhação pode se prolongar até mesmo quando o servidor é transferido de um setor para outro. “Em muitos casos, ele chega com o estigma de péssimo trabalhador e encrenqueiro e problemático. Na maioria das vezes, o processo continua com

os novos companheiros”, explicou a psicóloga, acrescentando que a porta de saída para o problema desse servidor pode ser o suicídio. Quando não chega a esse extremo, ele adquire chagas profundas na alma a ponto de deixá-lo dependente de calmantes para o resto da vida.

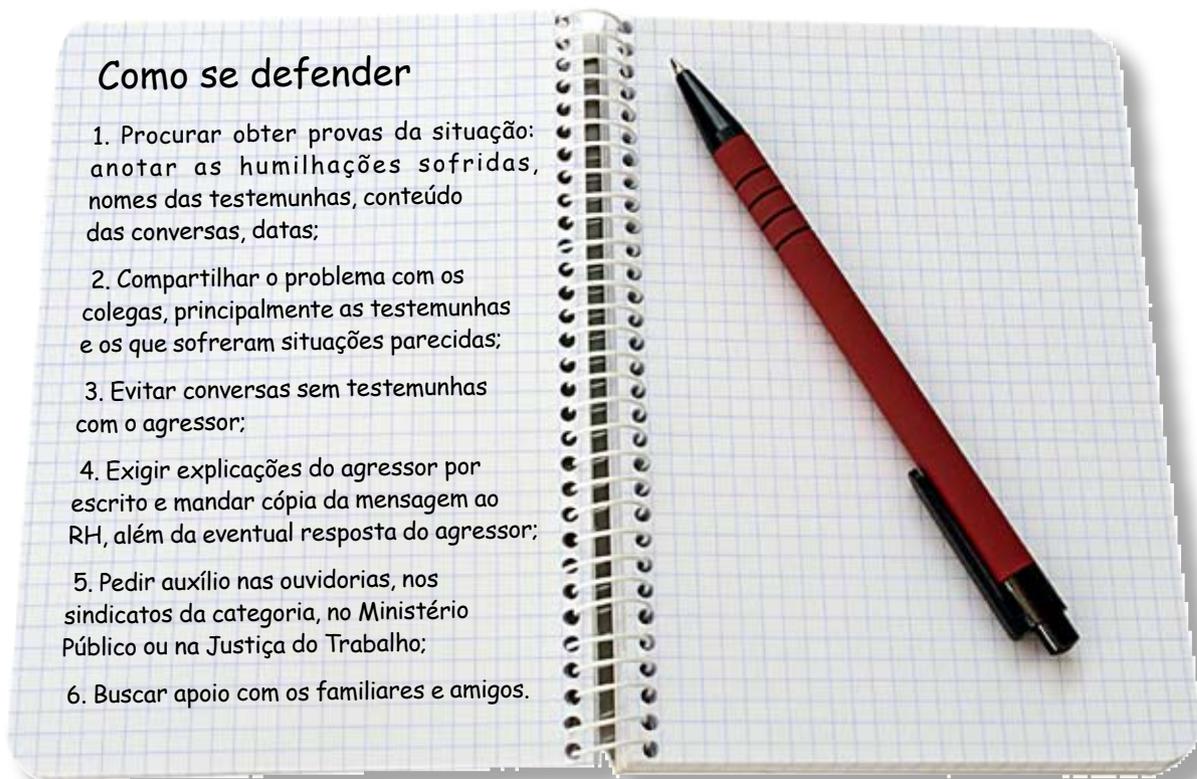
O trabalhador vem perdendo, cada vez mais, sua força política, segundo Margarida Barreto. “São poucos os trabalhadores organizados em sindicatos, lutando, resistindo, formando, agindo. Até porque, hoje, muitas empresas ainda discriminam dirigentes sindicais e passam listas para identificar quem participa de sindicatos.” Para

As maiores vítimas

A pesquisa “Assédio Moral no Trabalho: Impactos sobre a Saúde dos Bancários e sua Relação com Gênero e Raça”, coordenada pelo Sindicato dos Bancários de Pernambuco e apresentada em julho do ano passado, aponta que cerca de 40% dos bancários do país são vítimas de assédio moral no trabalho. Para o estudo, foram ouvidos 2.609 profissionais de 28 diferentes bancos, sendo 48,14% públicos e 51,86% privados. Os resultados são claros: é a categoria que mais sofre esse tipo de violência do trabalho.

A pesquisa se debruçou exatamente sobre as características dos agressores, os tipos de situações a que eram submetidos, atitudes tomadas pela vítima e os sintomas de distúrbios emocionais gerados nela.

Vinte supostas situações agressivas foram colocadas para os entrevistados, tais como: “chefe falar mal de você em público”, 5,48% ocorrências; “proibir seus colegas de falar ou almoçar com você”, 2,53%; “forçar você a pedir demissão”, 3,41%; e “insinuar e fazer correr boato de que você está com problema mental ou familiar”, 3,41%. Este último item teve maior incidência entre as mulheres. Já para os homens, prevaleceu o item do superior hierárquico que evita dar ocupações ao funcionário.



Como se defender

1. Procurar obter provas da situação: anotar as humilhações sofridas, nomes das testemunhas, conteúdo das conversas, datas;
2. Compartilhar o problema com os colegas, principalmente as testemunhas e os que sofreram situações parecidas;
3. Evitar conversas sem testemunhas com o agressor;
4. Exigir explicações do agressor por escrito e mandar cópia da mensagem ao RH, além da eventual resposta do agressor;
5. Pedir auxílio nas ouvidorias, nos sindicatos da categoria, no Ministério Público ou na Justiça do Trabalho;
6. Buscar apoio com os familiares e amigos.

ela, foram justamente as mudanças que aconteceram no mundo do trabalho que acentuaram essa relação assimétrica. A psicóloga caracteriza ainda as marcas do assédio, como a ausência de diálogo, a imposição e o mando. “É uma política de crueldade contra um trabalhador que, refém de uma violência silenciosa, reproduz essa violência sofrida na família e na sociedade”, advertiu.

Questão de gênero

As mulheres estão mais expostas ao assédio moral que os homens. Mas não estão sozinhas. “Quando falamos do assédio moral, não podemos esquecer o assédio sexual. Atualmente, 12,4% dos assédios morais começam com o sexual. No entanto, desse total, 2,4% são de homens que assediam homens”, esclareceu Margarida Bar-

reto. “Todo assédio moral é discriminatório, com atos de humilhação, intencionalidade e direcionalidade. São constantes e repetitivos.”

Apesar desse quadro, a psicóloga explicou que é possível prevenir o assédio moral. Até porque as empresas precisam pensar que fugir do problema e manter o silêncio sobre o assunto tem um custo, que pode ser alto. Segundo Margarida, 90% das empresas optam pela fuga do problema, ou por simplesmente demitir o assediado.

“A empresa perde na imagem que tanto preza quando prega o discurso de responsabilidade social para fora, sendo que para dentro o discurso é outro”, disse. A psicóloga citou o exemplo do Banco do Brasil, que teve um prejuízo, recentemente, por causa do assédio moral de uma funcionária

da Ouvidoria do BB Responde, que passou a humilhar uma colega. O Juiz que julgou a ação entendeu que houve assédio moral e multou o banco. “Às vezes, a gente se assusta porque os juízes entendem que houve fuga e que há necessidade de ação pedagógica, e essa ação passa na parte mais sensível do corpo humano, o bolso”, enfatizou.

Margarida Barreto lembrou ainda que a empresa tem o dever de garantir os direitos do trabalhador, como medidas de higiene, saúde e segurança. “Não se trata apenas de necessidades, mas também de direitos, como bem-estar, vida digna, meio ambiente saudável e boas condições de trabalho. Isso tudo para fazer jus ao que a Organização Internacional do Trabalho preconiza sempre: direito a um ambiente de trabalho decente.” **S**

Financiamentos imobiliários da Centrus: assinada a primeira escritura pública

A primeira escritura pública de imóvel lavrada com base na recente reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários da Centrus foi assinada no mês passado entre o diretor-presidente Helio Brasileiro, e o funcionário do Banco Central Antonio Souza Assunção Filho. Relativa a uma casa em Taguatinga, a formalização desse instrumento é emblemática por dar início ao processo de renegociação que se espera ter maciça adesão dos mutuários.

“Estou satisfeito porque, mesmo com o pagamento das parcelas em dia, o crescimento do saldo devedor estava consumindo o valor de mercado do imóvel. Agora, a casa está se valorizando, mas o saldo devedor está contido, e quando terminarem as prestações não terei mais qualquer resíduo a ser quitado”, comemorou Antonio Souza, de 52 anos, juntamente com sua mulher, Marilene Assunção, artista plástica. Antonio está no BC desde 1977.

Com a reforma de seu contrato de financiamento, o casal obteve um desconto de 44% no

saldo devedor, refinanciado em 109 parcelas. A correção do valor total passou a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), com juros anuais de 7%. O novo contrato tem a chamada “cláusula de ouro”: no pagamento da última prestação não restará qualquer resíduo do financiamento.

Helio Brasileiro também comemorou o sucesso do programa de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários da Centrus. “Não é um programa de benefícios, mas de recuperação de créditos, positivo para a Centrus e vantajoso para os mutuários, que estavam cada vez mais apreensivos com o crescimento da dívida, muitas vezes acima da capacidade de pagamento”, ressaltou.

O diretor de Benefícios, Antonio Francisco Bernardes de Assis, que também assinou a escritura do imóvel de Antonio Souza, deu a medida do êxito da reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários: “Só nas duas primeiras semanas, 13% dos mutuários já aderiram ao novo programa.”

Na vanguarda do movimento

Quem conhece hoje o bem-humorado e excelente contador de histórias Flávio Ramos, funcionário aposentado do Banco Central que ainda exerce a profissão de advogado, nem imagina que ele esteve na vanguarda de três grandes movimentos que sacudiram o Brasil ainda na ditadura, sendo lembrado sempre por todos os que guardam a memória de lutas deste país: as duas longas greves dos servidores do BC e a criação de um sindicato proibido, que hoje é o Sinal. Flávio Ramos esquece datas e até mesmo os cargos que ocupou no sindicato, mas guarda nítidos na lembrança os fatos e os diálogos travados nos momentos mais memoráveis da luta das instituições públicas e das estatais por um Brasil para os brasileiros. Nesta entrevista, ele compartilha alguns desses bons momentos.

Flávio Ramos trabalhou de 1967 a 1996 nas áreas de Meio Circulante e Operações Bancárias e, depois, no Departamento Jurídico do BC – atual Procuradoria –, tendo assumido a chefia do Departamento, em Brasília. E já entrou para os quadros do BC, com outros concursados de 1966, lutando para que esses funcionários tivessem um quadro de carreira própria e diferente das já existentes no Banco do Brasil e na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Teve

de aprender, junto com os demais companheiros de trabalho, a travar uma verdadeira batalha de resistência, já que o Brasil se encontrava na vigência de um dos mais cruéis atos discricionários da ditadura – o AI-5, que deu plenos poderes aos militares, de 1968 a 1978.

Como estavam proibidos de se sindicalizar na época, os servidores do BC se entrincheiraram na Associação dos Servidores do Banco Central (Asbac). Alguns anos depois,



o movimento de construção de uma entidade própria culminou com a fundação da Associação dos Funcionários do Banco Central, embrião do Sinal. “Alguma coisa tinha de ser feita”, lembra Flávio. E tinha de ser por nós, pois a diretoria, tal como agora, não tinha compromisso com o funcionalismo”. Segundo ele, o movimento nascente era basicamente em defesa do BC e seus servidores, cujas demandas não obtinham nenhuma resposta. Por isso, em uma reunião com alguns colegas que exerciam chefias de departamentos no Banco, a nascente liderança da instituição teve de esclarecer que a então chamada Associação dos Funcionários do Banco Central (AFBC) não havia sido criada apenas para cuidar do Banco em nível institucional,



Ativo dirigente sindical, Flávio Ramos discursa na porta do Banco Central, no Rio, em dois momentos importantes da luta dos servidores do BC

como eles pensavam: “Nós tivemos de colocar tudo em pratos limpos. Em dado momento, perguntamos a eles: vocês pensam que vão tomar conta do movimento? Não vão, não.”

Bom-dia, coronel

No momento em que muitos questionam a eficácia das greves de servidores, duas delas, no passado, mostram a correção das táticas do movimento, uma vez que, até então, o BC ainda não tinha criado mecanismos para amenizar seus efeitos. Na paralisação de 14 dias, em 1987, por exemplo, ao fim do décimo, os bancos já estavam limitando saques dos correntistas porque a paralisação do Meio Circulante havia deixado o mercado desabastecido. E também

foi travada a mesa de operações do Open. Flávio Ramos lembra de uma outra bem-sucedida greve, cuja única reivindicação era a saída do então presidente do BC Elmo Camões, que exerceu o mandato de março de 1988 a junho de 1989. Em três dias, Elmo Camões estava fora do banco – saiu no rastro de suspeitas de favorecimento do BC à corretora administrada pelo filho, conhecido como Elminho.

Outra lembrança menos aprazível é a da greve dos 19 dias, que provocou a conseqüente demissão de 19 servidores, anunciada pelo Jornal Nacional. “Lembro que o Cid Moreira não conseguia esconder a satisfação em dar a notícia.” A memória, no entanto, torna tudo mais agradável, depois do filtro do tempo. Flávio relembra, por exemplo,

as relações cordiais estabelecidas com a tropa de choque da Polícia Militar, enviada para reprimir o movimento, sob o comando de um coronel. “Estava sendo realizada, na porta do Banco, uma assembléia, com a presença maciça do funcionalismo, quando a tropa chegou. O clima, é claro, ficou tenso. Conversei rapidamente com a Mônica Botafogo e o Paulo Roberto de Castro, dois baluartes das nossas lutas, peguei o microfone e disse: ‘Nós desejamos dar um bom-dia ao coronel e à sua tropa, porque sabemos que os policiais militares estão aqui para garantir o nosso inalienável direito de greve. Peço a todos uma salva de palmas para a nossa gloriosa PM’. Os colegas atenderam e bateram palmas com vontade. O clima desanuviou-se.



Flávio Ramos e Paulo Roberto Castro (já falecido), companheiros de longa data no movimento sindical do Rio

No meio da noite, oferecemos lanches para os policiais e, no final, já havia uma confraternização entre os PMs e os colegas do piquete da madrugada, como se fossem todos amigos de infância”.

Fórum das estatais

Os funcionários do BC tiveram também um importante papel na vanguarda do movimento que ficou conhecido como o Fórum das Estatais, criado no Rio de Janeiro e também em diversos outros estados, reunindo importantes sindicatos, como o dos bancários, ferroviários, portuários, telefônicos, petroleiros e associações dos funcionários de vários órgãos públicos (IRB, Fiocruz, Embratel, entre outros), em meados da década de 1980. Naquela

ocasião, os servidores públicos deflagraram uma greve de âmbito nacional. Flávio Ramos integrou o seu Comando-Geral, juntamente com três representantes da CUT e três da CGT. Instalado em Brasília, para levar ao governo a pauta de reivindicações, o Comando reuniu-se com alguns ministros, entre eles o então ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, que utilizou os seus conhecimentos jurídicos (advogado trabalhista

de renome que era e ex-ministro do TST), na tentativa de dissuadir as lideranças da continuação do movimento, que prosseguia com relativo sucesso.

Nessa reunião, Pazzianoto, que já tinha sido advogado de diversos sindicatos, alertou os integrantes do Comando-Geral da greve sobre alguns aspectos da legalidade de certas reivindicações – e que não era um assunto exatamente do direito trabalhista –, sem imaginar que entre eles havia alguém que também conhecia os meandros jurídicos. Não esperava que esse alguém retrucasse: “Isto pode ter outra interpretação, ministro.” Surpreso, Pazzianoto questionou: “Sem ter formação jurídica, não se pode discutir matéria de direito.” A resposta que veio em seguida amenizou o tom das negociações e tornou as bases da discussão mais igualitárias: “Até há pouco tempo, eu chefiava o Departamento Jurídico do Banco Central” – respondeu Flávio Ramos, com o seu peculiar bom humor. Mas o assunto morreu ali, naquele momento. **S**

ERRATA

Na coluna “Prata da Casa”, publicada na Por Sinal 20, a entrevista com a diretora-financeira do Sinal Nacional, Ivonil Guimarães Dias de Carvalho, contém algumas incorreções:

1. O nome do neto de Ivonil é Gabriel; Thiago é o filho.
2. Em relação à declaração de Inácio Kato, o que ele disse foi: “Eu vou para qualquer lugar (setor), desde que não saia de Curitiba.”
3. A reportagem não deixou clara a relação de Ivonil com o BC: “Sempre fui apaixonada pelo meu trabalho no Banco e pela própria Instituição”.

ABRAPP

Novo organismo para fiscalizar os fundos

O Brasil acelera sua economia e já distribui melhor os frutos desse crescimento, mas que não se julgue apenas por tais fatos todo o potencial das sementes que foram plantadas nos últimos anos para germinar no futuro. Muito foi feito e os melhores resultados ainda estão por vir. Basta ver o quanto foi renovado e fortalecido nesta década o sistema de fundos de pensão, cujas reservas capitalizadas, adequadamente investidas, são capazes de produzir mais prosperidade e impacto social do que quaisquer outros ativos.

Se os fundos de pensão conseguirem continuar crescendo a uma taxa de 10% ao ano, e tudo indica que o farão, é extremamente provável que daqui a 15 anos eles estarão administrando reservas da ordem de R\$ 1,8 bilhão, ou seja, o equivalente a 50% do PIB brasileiro. Hoje, são R\$ 495 bilhões, algo em torno de 17% do PIB, e ninguém deve se espantar que tal salto seja possível, porque o governo percebeu a capacidade que os fundos têm de multiplicar resultados e criou condições favoráveis para o seu fomento, começando pela base legal e normativa.

Só falta agora mais um passo para que se confirmem as melhores expectativas. É a criação, no corpo do Estado brasileiro, de um órgão de supervisão e fiscalização voltado para os fundos de pensão, algo reconhecido não apenas pelas entidades representativas da Previdência Complementar, mas também por todas as instituições que são a voz do mercado, como a Anbid, Andima, Apimec, Bovespa e BM&F. O novo organismo teria, sobre a atual Secretaria de Previdência Complementar, a vantagem de, operando com orçamento próprio, poder contar com maiores recursos humanos e materiais, além de usufruir de maior independência. E tudo isso sem crescer em nada os gastos públicos, pelo contrário, uma vez que caberia aos próprios fundos fornecer os meios para tal, através do pagamento de uma taxa. Os EUA e muitos países europeus, justo onde os *pension funds* mais se desenvolveram, já adotam essa prática com os melhores resultados, mesmo porque interessa em primeiro lugar aos próprios fundos serem fiscalizados por fiscais altamente qualificados e que dispõem das melhores condições para exercer o seu trabalho.

Competente e aberta ao diálogo, a equipe da atual Secretaria de Previdência Complementar, comandada pelo secretário Leonardo André Paixão, merece boa parte dos créditos por toda a enorme obra realizada nos últimos

anos, mas seguramente trabalha nos limites de suas forças e corre o risco de perder contribuições importantes daqui para a frente, se nada for feito. Mesmo porque espera-se que nos próximos anos o sistema de fundos de pensão dobre de tamanho no Brasil, passando a incluir diretamente 6 milhões de brasileiros e indiretamente mais de 15 milhões.

O sistema de fundos de pensão demanda a criação de um órgão de Estado que atenda às necessidades ditadas por sua dimensão atual e futura e que respeite as suas especificidades e evolução. Num momento em que a própria SPC, com os poucos recursos de que dispõe, trabalha para implementar um moderno modelo de supervisão baseada em riscos (foco redobrado nos planos que efetivamente requerem tais atenções), não cabem retrocessos.

Exemplo de retrocesso seria a reunião de fundos de pensão e entidades abertas em um único órgão de supervisão e fiscalização. Ficou totalmente patente nesses 30 anos tratarem-se de sistemas inteiramente diversos. Enquanto os primeiros, sem fins lucrativos, estão fortemente associados à idéia da complementação dos benefícios da Previdência Social estatal e básica, com esta assegurando ao trabalhador renda que o favorece em sua dignidade, cidadania e na condição de consumidor, a vertente aberta opera com propósitos marcadamente negociais, tendo desenvolvido um caráter muito mais financeiro.

Refletindo essa realidade, desde o início essas duas vertentes da Previdência Complementar estão abrigadas em ministérios diferentes. Os fundos de pensão reportam-se ao Ministério da Previdência, enquanto os planos vendidos por bancos e seguradoras aninham-se no Ministério da Fazenda. A própria Constituição reconhece essa distância, ao colocar as entidades fechadas na Ordem Social e as abertas, na Ordem Econômica.

O projeto do Executivo criando esse órgão de Estado exclusivo para os fundos de pensão está pronto para ser remetido ao Congresso Nacional. E esse envio, de um lado, não pode tardar, porque seria provavelmente alto o preço a pagar em termos de oportunidades perdidas, e, por outro lado, não seria lógico que tardasse, porque demorar mais significaria a negação de todo o trajeto que o governo Lula corajosamente trilhou até agora, o do fortalecimento de um sistema que interessa a todos os brasileiros ver crescer.

Cobrança de tarifas já responde por 15% da receita dos bancos

DEPUTADOS DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR SE MOBILIZAM CONTRA AUMENTOS ABUSIVOS E CRIAM GRUPO DE TRABALHO PARA REVER A ATUAL REGULAMENTAÇÃO E MELHORAR A FISCALIZAÇÃO



IDALINA CASTRO

O consumidor bancário que se cuida. Os bancos, que nos últimos anos criaram e tabelaram livremente os serviços e produtos ofertados, nunca lucraram tanto com a cobrança dessas tarifas. Só para se ter uma idéia, hoje, as dez maiores instituições financeiras que operam no mercado brasileiro cobrem integralmente as suas folhas de funcionários apenas com a receita obtida com a arrecadação de mais de 80 tarifas – saques, emissão de cheques, rompimentos de contratos com quitação antecipada de débitos, abertura de créditos, entre outras.

A informação foi extraída de estudo produzido pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, que criou um grupo de trabalho para discutir o assunto. Até o fim do mês de setembro, o grupo – formado por parlamentares, representantes do Ministério Público Federal, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento

e do Banco Central – deve apresentar algumas propostas ao governo, visando reduzir as taxas e simplificar as informações prestadas aos clientes bancários, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor.

Negócio rentável

Segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), em 2007, a receita com a cobrança das tarifas chegou a 15% do total da receita do sistema financeiro, superando, em muito, os 9% de 2002. O deputado Ivan Valente (PSOL-SP), um dos autores do estudo, confirma os dados: “Na última década, houve um aumento de 300% na lucratividade dos bancos só com o recolhimento de tarifas bancárias, contra uma inflação de 98% do período.” Ele chama a atenção para o fato de que, no mesmo período, o número de clientes bancários mais que dobrou – de 35 milhões de correntistas existentes há dez anos, hoje são 75 milhões. “O curioso é que

quando aumenta o número de clientes, as cobranças de tarifas tendem a baixar, mas no Brasil foi o contrário.”

O deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), também integrante da Comissão de Defesa do Consumidor e do grupo de trabalho, entende que essa lucratividade toda teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso, “com o PSDB dando



liberdade descontrolada às instituições financeiras”. Ele destaca que foi preciso o segmento mais organizado da sociedade colocar esse assunto na pauta das discussões, para que militantes do Código de Defesa do Consumidor avançassem com o debate. “O Bradesco cobre sua folha de pagamento só com taxa de arrecadação em cima de tarifas cobradas do consumidor, e ainda sobra. No entanto, é também o banco que dá o menor percentual de aumento aos funcionários entre as instituições financeiras privadas”, alfineta.

Uma das tarifas mais questionadas pelo consumidor é a de antecipação de pagamento de um empréstimo ou financiamento. Para o banco, há quebra de acordo, e ele cobra por isso quando o usuário antecipa o pagamento de créditos financiados. A instituição pode até conceder desconto dos juros na prestação ao antecipar o pagamento, mas cobra pela taxa incidente, que, em muitos casos, acaba consumindo todo o desconto obtido.

Chico Lopes cita como exemplo de tarifa irregular a cobrança de taxa sobre a abertura de crédito para financiar carro, lembrando que quem financia automóvel no Brasil é a classe média. “Para que pagar mais por essa taxa? Por que submeter o ônus dessa transação entre empresas e banqueiros ao consumidor que já é correntista?”, indaga. Para ele, o argumento de livre concorrência levantado pelo Conselho Monetário não resolve o problema. “Não é a competição que fomenta a disputa? Quantos bancos existem hoje no sistema financeiro e quantos tinham no passado? O

próprio Banco do Brasil, que é o banco oficial desde 1808, cobra tarifas como os privados”, pondera. “Eu espero que a Comissão tenha uma compreensão republicana de respeito aos usuários de serviços bancários.”

MP entra em ação

Por conta desses desmandos, que engordam a olho nu os cofres dos bancos, o Ministério Público Federal em Brasília instaurou Inquérito Público Civil, nº 1.16.000.001444/2007-21, para apurar a cobrança indevida de tarifas bancárias pelas instituições financeiras que operam no país, bem como a ação e omissão do Conselho Monetário Nacional, relacionadas a essa prática. Dois ofícios de igual teor, com recomendações, foram encami-

nhados aos membros do CMN e um, à Diretoria de Fiscalização do Banco Central, no dia 2 de julho.

A recomendação é para que o Conselho Monetário anule e edite as Resoluções 2.303 e 2.747 – que regulamentam a cobrança de serviços e produtos ofertados aos consumidores correntistas e, hoje, são de inteira responsabilidade das instituições financeiras –, observando o Código de Defesa do Consumidor. O objetivo é coibir o abuso que vem ocorrendo por parte das instituições bancárias, que criam e tabelam os serviços como melhor desejam.

Para o procurador da República Lauro Cardoso, a gravidade do problema não está no fato de a instituição criar um novo produto ou serviço e vendê-lo aos seus clientes. “O que

A galinha dos ovos de ouro

PRINCIPAIS TARIFAS BANCÁRIAS COBRADAS ILEGALMENTE, SEGUNDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DE BRASÍLIA

- Taxa de abertura de créditos;
- Substituição de garantia (taxas cobradas para compensar gastos cartoriais e de registro no Detran quando do furto de veículos);
- Taxa por excesso de limite no cheque especial;
- Tarifa sobre saques ou depósitos;
- Tarifa sobre cheque de baixo ou alto valor;
- Tarifa sobre liquidação antecipada de empréstimo;
- Taxa de comissão de permanência concomitantemente com a cobrança de multa e juros de mora (o STF entende que só deve haver cobrança da comissão de permanência se não for cumulativa com juros remuneratórios, moratórios, correção monetária e multa contratual).



“O que aflige a sociedade é a instituição de ‘novos’ serviços e produtos (que de serviços e produtos nada têm) e o aumento desmedido das taxas já instituídas.”

LAURO CARDOSO, procurador da República-DF

aflige a sociedade é a instituição de ‘novos’ serviços e produtos (que de serviços e produtos nada têm) e o aumento desmedido das taxas já instituídas, sem falar na cobrança de várias tarifas duplamente, que visam, unicamente, aumentar os lucros.” Essa também é a opinião da outra representante do Ministério Público no grupo, a procuradora Valquíria Quixadá, que defende a revisão das normas que estão em desacordo com o Código de Defesa do Consumidor e a melhoria da fiscalização dos tributos cobrados.

O Conselho Monetário e o BC tinham 30 dias corridos da data do recebimento do ofício para responder, prorrogados por mais 30. “Vamos dar uma resposta nos próximos dias, na qual ficará claro que o Banco Central age de várias formas, seja no sentido de atender o consumidor bancário preventivamente, fazendo inspeções nas instituições financeiras, seja de forma corretiva também”, garantiu Sidnei Corrêa Marques, consultor da Diretoria de Fiscalização do BC.

O consultor afirma que o BC tem a Central de Atendimento ao Público (CAP), que dá encaminhamento a 100% das demandas do cidadão, no que diz respeito ao descumprimento de normas. O Banco encaminha às instituições as demandas pertinentes e acompanha o atendimento feito por elas. “A gente analisa toda a estrutura de atendimento ao consumidor, a questão de cumprimento de normas e os meios disponibilizados ao cidadão para o acesso à instituição financeira.” E completa: “Em breve, passaremos a fiscalizar também as ouvidorias.”

O Ministério Público também solicitou à Diretoria de Fiscalização do BC informações para o inquérito cível público, instaurado para apurar cobranças indevidas, tais como o procedimento de fiscalização por parte da autarquia junto aos bancos; relatórios de inspeção dos últimos dois anos sobre a cobrança dessas tarifas; e dados consolidados sobre o montante dos ganhos das 20 maiores instituições bancárias em operação hoje no país.

Sidnei Marques garante que “o Banco Central vai disponibilizar as informações de que dispõe internamente”, e adianta que já pediu às instituições financeiras que forneçam os dados solicitados diretamente ao Ministério Público, segundo padrão estipulado pelo próprio MP.

De olho nos bancos

A ação do MPF-DF se deu alguns dias depois da audiência pública que celebrou a criação do grupo de trabalho dentro da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, no dia 21 de junho, em que foram convocados para depor o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do BC, Henrique Meirelles. Na ocasião, o presidente do BC foi enfático ao afirmar que “a regulação promovida pelo Banco Central tem como objetivo promover a concorrência entre as instituições financeiras”. Para Meirelles, não é função do BC tabelar as tarifas, e sim estabelecer critérios para a cobrança.

Esses critérios, segundo o diretor do Departamento de Normas do Banco Central (Denor), Amaro Gomes, estão contidos na atual regulamentação, a Resolução 2.303/96, que foi posteriormente complementada pela 2.747. “Ela tem como principal foco estabelecer determinados serviços para os quais não pode ser cobrada tarifa em hipótese nenhuma, que são os mais utilizados pelos consumidores bancários, como, por exemplo, o fornecimento de talão de cheques e de cartão magnético para saque”, explica. Gomes lembra que a essa regulamentação somam-se outras duas, associadas ao direito

do consumidor, como as Resoluções 2.878 e 2.892. “Ambas estabelecem, essencialmente, que qualquer cobrança de serviços pelas instituições financeiras deve ser adequadamente explicada aos consumidores e iniciada somente depois de 30 dias da sua fixação.”

Otimista, o ministro da Fazenda avalia que a Comissão de Defesa do Consumidor caminha para chegar a uma conclusão sobre o assunto. Segundo informação de sua assessoria, a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), que também dá apoio técnico ao grupo, está acompanhando de perto a evolução da cobrança das tarifas bancárias “para averiguar a existência de abusos por parte dos bancos”.

Em meio a discussões sobre o que fazer para coibir esses abusos, o grupo já fechou questão em relação a um ponto: a necessidade de simplificar e divulgar de forma mais clara as infor-



“Nós do BC estamos trabalhando, juntamente com o grupo, no estabelecimento de uma nomenclatura única de tarifas.”

AMARO GOMES, diretor do Departamento de Normas do Banco Central (Denor)

mações sobre serviços e produtos para o correntista. “Nós do BC estamos trabalhando, juntamente com o grupo, no estabelecimento de uma nomenclatura única de tarifas. A idéia é, portanto, que todas as instituições utilizem a mesma nomenclatura para as tarifas cobradas”, adiantou o diretor do Denor.

Não resta dúvida que esse é um

ponto importante, mas ainda há muita discussão pela frente no grupo de trabalho. Os deputados têm pressa e esperam do governo, e particularmente do BC, uma posição mais firme e menos omissa. Afinal de contas, o assunto só ganhou esse espaço e está na pauta de discussões, por iniciativa da Comissão de Defesa do Consumidor. 

A precarização do atendimento no BC

Fazendo um contraponto ao pensamento oficial, os servidores que trabalham nas CAPs, segundo o conselheiro regional do Sinal em Fortaleza, Luís Carlos Paes de Castro, afirmam que a Central de Atendimento ao Público do Banco Central era uma área de excelência até setembro de 2005. Respostas e ações tempestivas aos inúmeros pedidos de informação, denúncias e reclamações dos usuários do sistema financeiro eram uma característica do trabalho realizado. O que podia ser comprovado pelo grande número de agradecimentos por parte dos demandantes.

Em setembro daquele ano, entretanto, uma re-

estruturação unilateral, que reduziu sobremaneira o quadro de atendentes e centralizou o atendimento telefônico em Brasília, fulminou qualquer possibilidade de manutenção daquele serviço no nível em que ele era prestado. Até hoje, apesar das inúmeras mini-reestruturações para corrigir os problemas oriundos do desmonte de 2005, não se conseguiu recuperar o nível de atendimento prestado até aquela data. Na realidade, houve uma deterioração do serviço, que necessita ser reorganizado com transparência e participação daqueles que se dedicaram, e ainda hoje se dedicam, à tarefa de bem atender o público.

Visite o Portal SINAL





Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central

Área de Filiados

Matrícula: **FILIE-SE**

Senha: **OK**

Não tem ou esqueceu a senha?

Busca

OK

Portal Sinal
 Informativos





Selecione
a sua
regional

HOME  FALE CONOSCO  MAPA 

- ANDs
- Assédio Moral
- Atas e Resumos
- Congresso Nacional
- Equipe Editorial
- Estatuto/
Regimento Interno
- Fóruns Sociais
- Institucional →
- Lavagem de
Dinheiro
- Legislação
- Mapa do Site
- Política de
Privacidade
- Prata de Casa
- Prêmio PRC
- Reformas de
Estado →
- SFN
- Sites
- TV SINAL 

DESTAQUES



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- ▣ Greve nos Correios perto do fim
- ▣ Haja estômago
- ▣ O Fed e o Brasil
- ▣ CPMF é aprovada na Câmara

[Mais Notícias](#) 

INFORMATIVOS 

APITO BRASIL	INFORME ATIVO
SÚMULA:JORNAIS	SÚMULA:REVISTAS
PORVIR	REGIONAIS
POR SINAL	

Edição nº 97 de 19/9/2007

Reunião com
Deputado



[Notícias](#) | [Edições Anteriores](#)

JURÍDICO

PERGUNTAS FREQUENTES

AÇÕES DO SINAL	SERVIÇOS
SUAS AÇÕES	LEGISLAÇÃO

Expressões
Latinas **Novo**



PASBC

CREDENCIADOS	PASBC NAS PRAÇAS
FIQUE POR DENTRO	VOTOS
RECLAMAÇÕES	REGULAMENTO
NOTÍCIAS	

▣ Saiba quais são os profissionais e serviços credenciados em todo o país, por especialidade e estado.

ENQUETE

"No segundo trimestre/2007, o PIB brasileiro apresentou crescimento de 4,9%, em relação a igual período de 2006. Você acredita que, no terceiro trimestre/2007, o crescimento do PIB em relação ao mesmo período de 2006, será:

maior

igual

43 dias em GREVE:

saiba tudo sobre a Campanha Salarial 2005



Filie-se Já!

Jurídico Nacional

CANAIS

Macro Nota Pessoal

PVE Painel de Votação Eletrônica

Alô, Parlamentares!

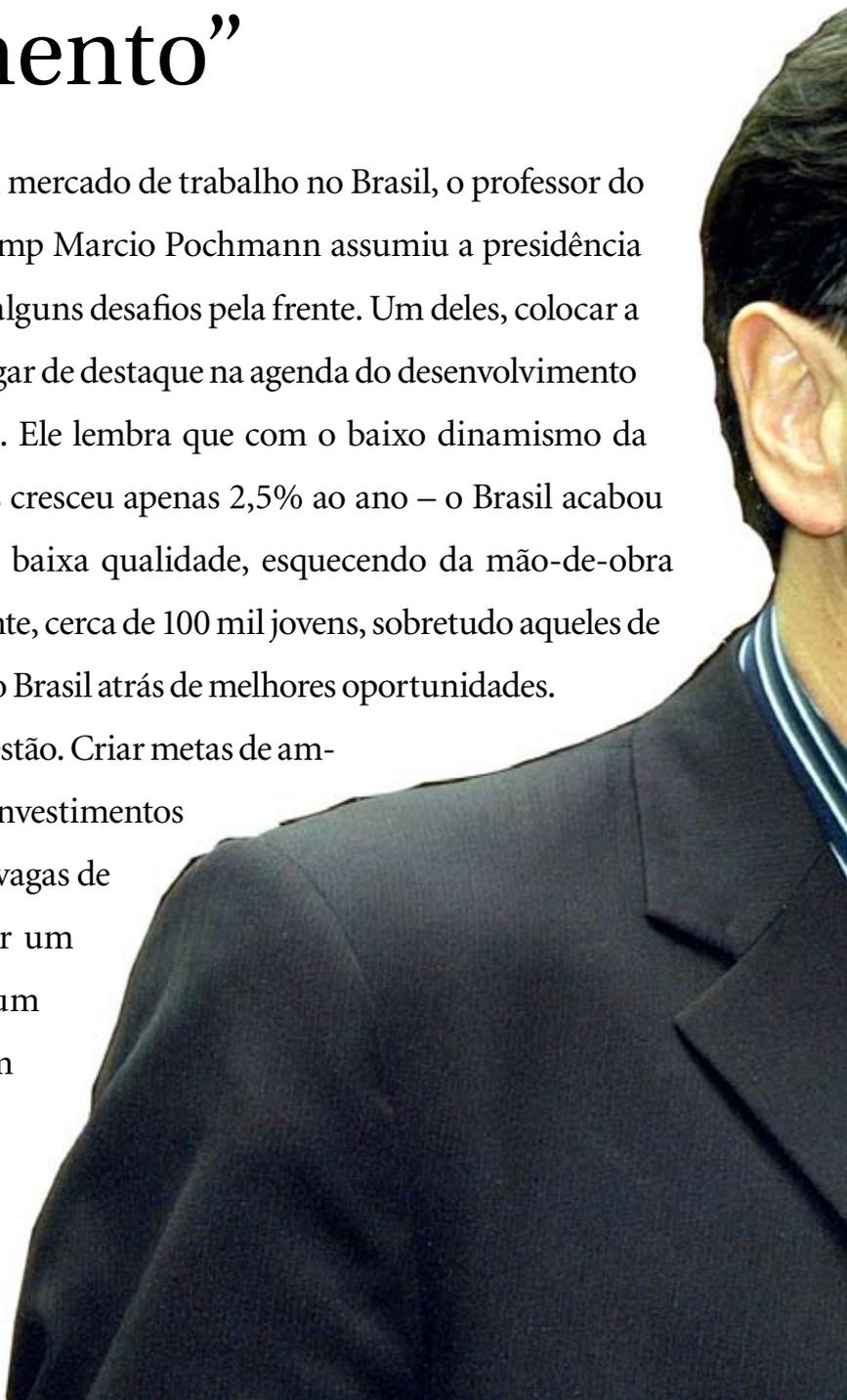
Classificados

www.sinal.org.br

“É preciso colocar o trabalho como elemento central da agenda do desenvolvimento”

Um dos maiores especialistas em mercado de trabalho no Brasil, o professor do Instituto de Economia da Unicamp Marcio Pochmann assumiu a presidência do (Ipea) há duas semanas, com alguns desafios pela frente. Um deles, colocar a discussão sobre o emprego em lugar de destaque na agenda do desenvolvimento proposta pelos gestores públicos. Ele lembra que com o baixo dinamismo da economia – nos últimos 26 anos cresceu apenas 2,5% ao ano – o Brasil acabou optando por gerar empregos de baixa qualidade, esquecendo da mão-de-obra qualificada. Resultado: anualmente, cerca de 100 mil jovens, sobretudo aqueles de maior escolaridade, abandonam o Brasil atrás de melhores oportunidades.

“O PAC precisa avançar nessa questão. Criar metas de ampliação do emprego, relacionar investimentos públicos e privados à geração de vagas de qualidade. Precisamos combinar um PAC na área econômica com um PAC na área social”, defende com entusiasmo o novo presidente do Ipea. Confira, nas páginas seguintes, o que ele conversou com a **Por Sinal** sobre sua missão à frente do Instituto.





■ **Ao se integrar à nova estrutura criada para pensar o futuro do país (Secretaria de Planejamento de Longo Prazo), o Ipea ganhou um papel de destaque. De que forma a instituição pode contribuir para o fortalecimento de nossa nação?**

Em primeiro lugar, exercendo a função para a qual foi criado. O Ipea é uma instituição de pesquisa aplicada. Portanto, em vez de pesquisa acadêmica, deve oferecer aos gestores públicos informações que mostram a evolução da sociedade brasileira, especialmente neste momento em que vivemos profundas transformações no capitalismo internacional. Avaliar o caminho que o Brasil escolheu, e em que medida essa escolha o aproxima ou distancia do que potencialmente poder ser, é função do Ipea. O instituto tem o papel de pensar o país e oferecer àqueles que tomam decisões condições melhores para tomá-las.

Se eles tomam decisões erradas ou corretas, não é problema nosso. Lamentavelmente, o Brasil encontra-se atualmente comprometido ou contaminado pela lógica do curto prazo, que é a lógica do próprio mercado financeiro. Essa lógica terminou se difundindo na sociedade como um todo. Nós estamos tentando retomar no país o planejamento de médio e longo prazos. Já estamos há 25 anos numa trajetória de baixo dinamismo da economia nacional, e hoje colhemos as consequências das opções que foram tomadas. O papel do Ipea é exatamente este: alertar para a evolução desse quadro e oferecer proposições que permitam uma convergência em torno de um novo projeto de desenvolvimento da nação.



“É necessária uma gestão estabelecendo novo padrão de política pública que seja integrado, que olhe a realidade na sua totalidade e não de forma parcial. O Estado que nós temos está frágil para fazer isso, porque a experiência neoliberal destruiu sua capacidade de intervenção adequada. Perdemos 2,5 milhões de funcionários públicos e 500 mil empregos foram destruídos por conta da privatização.”

■ **Fala-se que a alta taxa de juros reais – é a segunda maior do mundo – é o grande entrave ao crescimento da economia brasileira. A queda da taxa básica, embora ainda alta, vem estimulando o crédito e acelerando a economia (as estimativas são de que o PIB deva crescer 5% ou mais em 2007). Há, porém, os que já temem que os muitos gargalos da infra-estrutura do país – aeroportos, portos, estradas, energia – e a baixa taxa de investimento possam pressionar a inflação ou refrear o crescimento. Afinal, o Brasil está pronto para um ciclo de desenvolvimento econômico sustentável?**

A mudança é resultado de uma caminhada que vem sendo feita. Muitas vezes, não é uma caminhada consistente e muito articulada. Hoje, temos condições melhores para fazer as mudanças, mas há enormes dificuldades. Em primeiro lugar, dificuldade política de se ter uma maioria que convirja para o desenvolvimento. O desenvolvimento e a transformação resultam de uma convergência política, que, se não houver, dificilmente isso ocorrerá, porque a sociedade é formada de interesses divergentes, com po-

deres e pontos de vista individuais. Portanto, a primeira questão da transformação consiste na criação de uma nova maioria política na qual haja convergência em torno do crescimento econômico.

A outra é a reestruturação do papel do Estado para o exercício do desenvolvimento. Essa transformação não será feita pelo setor privado, cabe ao Estado coordená-la. Ela é possível, é necessária, é urgente. Mas pressupõe algumas premissas: primeiro, uma convergência política; segundo, um Estado contemporâneo capaz de efetivá-la; terceiro, a capacidade de coordenar isso.

É necessária uma gestão estabelecendo novo padrão de política pública que seja integrado, que olhe a realidade na sua totalidade e não de forma parcial. O Estado que nós temos está frágil para fazer isso, porque a experiência neoliberal destruiu sua capacidade de intervenção adequada. Perdemos 2,5 milhões de funcionários públicos e 500 mil empregos foram destruídos por conta da privatização. Transferiram-se 5% do PIB produzido no setor produtivo estatal para o setor privado. E essa transferência foi feita com vistas ao setor privado assumir

os investimentos anteriormente do Estado.

No passado, grande parte da população brasileira bem qualificada trabalhava para o Estado. Mas houve uma deterioração; as carreiras foram desmanteladas.

■ **O PAC estabeleceu uma trava para o aumento dos gastos com pessoal, que ficaria limitado à variação da inflação (pelo IPCA), mais 1,5% ao ano, nos próximos dez anos. Se nós imaginarmos que a população vai crescer 13% nesse período, a medida vai congelar o Estado brasileiro. Como pensar no crescimento do país com o Estado inteiramente desaparelhado?**

A despesa de pessoal como um todo já vem crescendo em torno de 1% ao ano. Sobraria, então, apenas 0,5% para a incorporação de novos funcionários e para a elevação salarial. Se nós estamos pensando no desenvolvimento da nação, é fundamental que haja um Estado com capacidade de coordenar e pôr em prática as próprias metas estabelecidas pelo PAC. A eficiência do programa dependerá de uma boa capacidade de gestão. E por conta disso, frente ao enxugamento que o Estado sofreu nessas duas décadas, há dúvidas se esse limite será cumprido, caso se mantenha o compromisso de pôr em prática a totalidade das metas estabelecidas pelo próprio PAC.

O Estado vem sendo recomposto, é certo que muito lentamente, mas volta a ter uma agenda voltada ao desenvolvimento. É preciso ampliar o seu papel no desenvolvimento do país e, para isso, é preciso recon-

“O PAC recoloca o Estado como responsável e indutor do crescimento econômico, e não tenho dúvida de que se, de fato, nós conseguirmos nesses quatro anos cumprir a sua totalidade, teremos, do ponto de vista da infra-estrutura, um país melhor do que temos hoje, já que os investimentos em infra-estrutura foram praticamente marginalizados em quase duas décadas.”

figurá-lo. Nesse sentido, é importante colocar de novo a questão do desenvolvimento na agenda e superar os obstáculos que impedem a sua ação. O PAC recoloca o Estado como responsável e indutor do crescimento econômico, e não tenho dúvida de que se, de fato, nós conseguirmos nesses quatro anos cumprir a sua totalidade, teremos, do ponto de vista da infra-estrutura, um país melhor do que temos hoje, já que os investimentos em infra-estrutura foram praticamente marginalizados em quase duas décadas.

O lançamento do PAC suscitou novos apoios favoráveis à sua implementação, de empresários e dos movimentos sociais. O programa precisa avançar na questão do emprego. Criar metas de ampliação do emprego, relacionar investimentos públicos e privados à geração de vagas de qualidade. Nós precisamos combinar um PAC na área econômica com um PAC na área social. O governo poderia fazer também um cronograma de obras, seja do ponto de vista da construção de hospitais, de escolas e em outras áreas que são substanciais, para combinar o crescimento econômico com a justiça social.

■ **Crítica-se muito o BC pela gestão macroeconômica, sobretudo a fixação da taxa Selic, baseada na sistemática de metas de inflação. As críticas são justas? Qual a alternativa às metas de inflação?**

Não há uma só alternativa. Há muitas opções, que podem ser elaboradas a partir de uma perspectiva do desenvolvimento, de criação de novos empregos e de maior preocupação com a questão social. O próprio presidente Lula é quem tem de avaliar se as metas estão sendo atingidas, e fazer isso de modo a não comprometer outras áreas. No Brasil, não temos uma convergência política em torno do crescimento econômico. Ela se dá basicamente em torno do combate à inflação. O Banco Central, sobretudo, reflete mais

essa convergência de interesses no combate à inflação, tendo o crescimento como uma variável limitada.

Se o crescimento é a principal referência para o governo, algumas ponderações têm de ser feitas, especialmente no que diz respeito às metas de inflação e, sobretudo, à questão cambial. Juros e câmbio são chaves para moldar o crescimento mais vigoroso, que se pretende pelo menos duas vezes maior do que o que nós verificamos nos últimos 25 anos, de apenas 2,5% ao ano.

■ O senhor sempre defendeu a idéia de que o desemprego no Brasil deveria ser tratado como um caso de calamidade pública e, para isso, propunha a criação de uma meta de emprego, que seria incorporada às atuais metas de inflação e de superávit primário. Essa proposta continua atual? O que fazer para enfrentar o desemprego, especialmente dos mais de 3 milhões de jovens que ingressam por ano no mercado?

Do ponto de vista da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), houve um aumento do emprego no Brasil. Mas, evidentemente, é preciso melhorar o desempenho do mercado de trabalho, tendo como prioridade acelerar as metas de desenvolvimento e colocar o trabalho como elemento central da agenda. São 26 anos de crescimento da economia nacional em torno de 2,5% e 2,6% ao ano. E como o Brasil tem, a cada ano, o ingresso de 2,5 milhões de pessoas no mercado de trabalho, é impossível absorver a totalidade desses jovens quando a economia cresce tão pouco.

Com o baixo dinamismo da economia, ou você gera emprego, mas de baixa qualidade, ou gera poucos empregos de maior qualidade. A opção do Brasil até agora foi a de geração de emprego de baixa qualidade. Nessa trajetória, era praticamente impossível gerar empregos de classe média. Os empregos, em sua maioria

– praticamente 90% –, são de até 1,5 salário mínimo. Isso também diz respeito à forma com que o Brasil vem se inserindo na economia mundial. O país está se especializando na produção e exportação de bens de baixo valor agregado e de pouco conteúdo tecnológico. É muito minério de ferro, suco de laranja, soja. Nada contra produzir e exportar esses produtos, muito pelo contrário, mas o Brasil é um país continental, com uma população urbana que tem e precisa, na verdade, enriquecer as cadeias produtivas e valorizar outras formas de produção, o que possibilitaria gerar empregos de maior qualidade e, sobretudo, constituir uma classe média de grande dinamismo.

Nós temos, pelo contrário, um fato bastante lamentável, que é a exportação de mão-de-obra qualificada. A cada ano, entre 140 mil a 160 mil jovens, sobretudo aqueles de maior escolaridade, terminam abandonando o Brasil e indo buscar fora o que aqui não encontram. A perspectiva de voltar a crescer abre uma oportunidade de repensarmos o país no que diz respeito ao enfrentamento da polaridade que estamos vivendo entre ricos e pobres.

■ Em recentes declarações, o senhor criticou o raquitismo do Estado brasileiro e disse que o país precisava de mais servidores. Contudo, é voz corrente na mídia que o governo gasta muito, e mal, especialmente em gastos correntes. Qual é a sua opinião sobre isso?

É natural que se tenha esse tipo de visão numa sociedade dividida em classes sociais. Para os mais aquinhoa-

“Se o crescimento é a principal referência para o governo, algumas mudanças têm de ser feitas, especialmente no que diz respeito às metas de inflação e, sobretudo, à questão cambial. Juros e câmbio são chaves para moldar o crescimento mais vigoroso, que se pretende pelo menos duas vezes maior do que o que nós verificamos nos últimos 25 anos, de apenas 2,5% ao ano.”



“Se tivéssemos, por exemplo, um grande programa de inclusão social, e olhando apenas pelo prisma da educação, chegaríamos à conclusão de que não temos escolas suficientes para absorver a totalidade dos jovens. Somente um em cada três jovens na faixa etária de 15 a 17 anos tem acesso ao ensino médio brasileiro. A inclusão de 5 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos exigiria a construção de 500 mil salas de aula.”

dos, a classe média e os ricos, o Estado é visto como um grande gastador e esbanjador de recursos. Se eu fosse rico, também acharia isso, até porque não precisaria do Estado para nada; poderia, por exemplo, pagar escolas, médicos e hospitais particulares, e cobraria até a redução dos impostos. É natural que uma parte da sociedade vocalize essa visão. Mas é preciso lembrar que a maioria da população brasileira é pobre. E é para essa maioria que precisamos recuperar o Estado. É bastante natural que numa sociedade de classes haja visões distintas. Mas se houvesse no Brasil uma classe dominante menos alheia e mais magnânima, talvez ela pensasse de uma forma diferente.

Se tivéssemos, por exemplo, um grande programa de inclusão social, e olhando apenas pelo prisma da educação, chegaríamos à conclusão de que não temos escolas suficientes para absorver a totalidade dos jovens. Somente um em cada três jovens na faixa etária de 15 a 17 anos tem acesso ao ensino médio brasileiro. A inclusão de 5 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos exigiria a construção de 500 mil salas de aula. Nós

precisaríamos de investimentos em infra-estrutura do ponto de vista educacional. A mesma coisa em relação à saúde, porque faltam leitos hospitalares. Nós temos uma questão muito séria na própria cultura: quase dois terços das cidades brasileiras não possuem bibliotecas públicas. Os investimentos públicos e privados são chaves para reconstituir a sociedade brasileira, porque a estratificação social que observamos hoje não se resolve sem um planejamento de médio e longo prazos.

■ Qual o melhor instrumento de redução da desigualdade social no Brasil?

Não há o melhor instrumento. É necessário um conjunto de reformas combinadas com o crescimento econômico. É preciso resolver questões já superadas pelo desenvolvimento do capitalismo no século XX e pela social-democracia. Três das reformas necessárias são: a reforma agrária, para ampliar o acesso à terra; a tributária, para que os ricos paguem mais impostos que os pobres; e a social, com a criação de fundos públicos para aplicação nas áreas sociais, como educação, saúde, saneamento, habitação. **S**

Por um Sinal voltado à sociedade

CN APROVA PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DA DIRETORIA DE ESTUDOS TÉCNICOS (DET)

O papel principal de um sindicato é a defesa dos interesses da categoria, certo? O Sinal não tem qualquer dúvida a respeito. Mas será que a atuação sindical esgota-se nas questões corporativas? Será que a sociedade que nos paga o salário não merece alguma retribuição adicional? Não seria do nosso interesse efetivo uma aproximação com o cidadão, um reconhecimento da importância do nosso trabalho, até como facilitador no trato das questões corporativas?

O Sinal entende que sim e aprovou na última reunião ampliada do CN a proposta de trabalho da Diretoria de Estudos Técnicos (DET). Além da tradicional função de assessoramento do processo de negociação salarial, caberá à DET produzir estudos, escrever artigos e coordenar campanhas de interesse público, com os objetivos de melhorar o nível de cidadania da população; obter a legitimação e o reconhecimento social do trabalho da categoria; melhorar a imagem do Sinal e da categoria perante a sociedade; e aumentar a inserção social e o espaço do Sinal na mídia.

O método básico de trabalho prevê a formação de grupos de estudo compostos por colegas, não necessariamente dirigentes sindicais, para construir um documento técnico sólido – uma Nota Técnica (NT) – que permita ao sindicato posicionar-se a respeito de alguns assuntos específicos, corporativos e de interesse público. Inicialmente escolhemos eixos temáticos que já acumularam debate interno, sobretudo nas ANDs do Sinal, e podem ajudar a cumprir o objetivo de aproximar o sindicato da sociedade. Os eixos são os seguintes:

Finalizada a Nota Técnica, ela será avaliada pelo CN e submetida democraticamente à categoria. Assim ficará claro o

limite do mandato do Sinal para posicionar-se sobre os temas escolhidos.

A estruturação da DET terá início em outubro e a etapa inicial deverá estar finalizada em abril de 2008. O processo será amplamente divulgado e permitirá a participação de todos.

Conheça a proposta completa no Portal Sinal, opine e dê sua contribuição.

Eixos temáticos escolhidos

Questões corporativas

- Estudos salariais.
- Desmonte e esvaziamento do BC e do Estado.

Questões de interesse público

- Defesa do consumidor de serviços financeiros.
- Autonomia do BC/Garantia do poder de compra da Moeda.
- Prevenção e combate à lavagem de dinheiro/Ilícitos e crimes contra o sistema financeiro nacional e a economia popular
- Questões econômicas

Os Efeitos no Brasil da Turbulência Americana

O Federal Reserve injetou uma forte dose de confiança na economia americana com o corte de meio ponto percentual na taxa básica de juros. Deixou claro que fará o que puder para manter a liquidez do mercado e para proteger a economia de uma recessão.

Resta saber se o Fed será capaz de contornar a crise do mercado de crédito e evitar uma desaceleração americana mais grave. Qualquer previsão de desempenho da economia brasileira e da sua empresa depende agora ainda mais dos EUA.

Participe deste Seminário InterNews que abordará os cenários mais prováveis da economia americana e os seus impactos no Brasil. Venha debater com renomados economistas os novos riscos que as perspectivas econômicas apresentam para a sua empresa. O novo cenário internacional impedirá novos cortes na taxa básica de juros brasileira?

CONFERENCISTAS

Delfim Netto
Ilan Goldfajn
Alexandre Schwartzman

18

de outubro de 2007

Renaissance Hotel
São Paulo

VAGAS LIMITADAS

Ligue hoje mesmo para
0800-177707 ou (11) 3751 3430
ou atendimento@internews.jor.br

S
INTERNEWS

Patrocínio



Desde 1993, mais de 30.000 pessoas já participaram dos seminários InterNews.

www.internews.jor.br

Consórcio Fenasbac

É bem garantido!!!



Grupos
em
formação



Preços sujeitos a variação pelo fabricante

FOTOS MERAMENTE ILUSTRATIVAS

VEÍCULOS		
BEM	CRÉDITO	50 MESES
Novo Mille Fire 1.0	21.790,00	486,05
Celta Life	25.090,00	559,67
Fox City	30.491,00	680,13
Clio Expression 1.6	36.400,00	811,95
Polo 1.6	39.987,00	891,96

ELETROELETRÔNICOS		
BEM	CRÉDITO	25 MESES
Ar Condicionado Cònsul	2.549,00	111,13
Refrigerador Electrolux	2.899,00	126,00
TV LCD Gradiente 32"	3.799,00	165,64
TV Plasma Philips 42"	5.999,00	261,56
Notebook LG Intel	6.999,00	385,16

Valores sujeitos a reajuste. Os bens acima citados são meramente referenciais, podendo ser adquirido qualquer outro do mesmo segmento.

Taxa de Administração: Veículos 0,14% am • Eletrodomésticos 0,32% am (incidentes sobre o valor do crédito)

Fundo de Reserva: 1% • Seguro: 0,0654%

100%
seguro
100% legal
menor
custo

Sem taxa de adesão

Faça sua inscrição!

Vagas Limitadas



FENASBAC

FENASBAC - Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central
SBS • Quadra 2 • Bloco A • Ed. Casa de São Paulo • 7º andar • Brasília/DF
fenasbac@fenasbac.com.br • www.fenasbac.com.br
Fone (61) 3323.1055 • Fax (61) 3226.8189

